



O cativo no alto da serra: a escravidão e seus desdobramentos em Petrópolis através do periódico *O Parahyba* (1857-1859)

Captivity above the hills: slavery and its aftermaths in Petrópolis through the newspaper O Parahyba (1857-1859)

Cautiverio sobre las montañas: la esclavitud y sus desarrollos en Petrópolis a través del periódico O Parahyba (1857-1859)

João Victor Ribeiro Pires [*]

[*] Mestre e doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: jvrpires@gmail.com

Resumo: O presente artigo se utiliza das páginas de um dos primeiros jornais de Petrópolis, *O Parahyba*, para repensar a visão que se tem da escravidão nesta cidade durante o século XIX, período em que a região representou a sede de verão da corte imperial. A partir de uma análise das propagandas e notícias do periódico publicadas entre 1857 e 1859, imediatamente após a elevação de Petrópolis à categoria de município, descortina-se algumas características da escravidão na região, analisando estatisticamente o peso que o cativo teve no cálculo geral dos anúncios, o perfil dos escravizados anunciados e as dinâmicas relacionadas às fugas, identificando também nos discursos dos redatores e anunciantes aspectos que visam desqualificar a população negra. O exame quantitativo e qualitativo dessas fontes indica a reprodução em Petrópolis de alguns dos principais traços da escravidão brasileira oitocentista.

Palavras-chave: Petrópolis, Escravidão, Segundo Reinado.

Abstract: This article uses one of the first newspapers in Petrópolis, *O Parahyba*, to rethink the view of slavery in this city during the 19th century, period in which the region frequently housed the Brazilian imperial court. Based on an analysis of advertisements and news from the periodical published between 1857 and 1859, immediately after the elevation of Petrópolis to the category of municipality, some characteristics of slavery in the region are revealed, statistically analyzing the prevalence of captivity in the general calculation of newspaper advertisement pages, the profile of the advertised slaves and the dynamics related to escapes, also identifying in the speeches of the editors and the advertisers aspects that aim to disqualify the black population. The quantitative and qualitative analysis of these sources indicates the reproduction in Petrópolis of some of the main facets of nineteenth-century Brazilian slavery.

Keywords: Petrópolis, Slavery, The Empire of Brazil.

Resumen: Este artículo propone repensar la visión de la esclavitud en Petrópolis durante el siglo XIX, período en el que la ciudad albergó frecuentemente la corte imperial brasileña. Para ello se

utiliza un estudio de uno de los primeros periódicos de esta ciudad, *O Parahyba*, publicado entre 1857 y 1859. Este es el período inmediatamente posterior a la elevación de la región a la categoría de municipio. El examen de noticias y anuncios revela algunas características de la esclavitud en la región, analizando estadísticamente la prevalencia del cautiverio en el cómputo general de los anuncios, el perfil de los esclavos anunciados y las dinámicas de las fugas, identificando también en los discursos de los editores y anunciantes aspectos que apuntan a descalificar a la población negra. Sostenemos que Petrópolis reprodujo algunas de las principales facetas de la esclavitud brasileña del siglo XIX.

Palabras clave: Petrópolis, Esclavitud, El Imperio de Brasil.

Introdução

Em 1859, Joaquim Antônio dos Passos publicou n’*O Parahyba*, periódico impresso em Petrópolis, um anúncio descrevendo dois escravizados que tinham fugido da sua fazenda no Alto do Pegado, sendo que um deles, Estevão, escapou um mês depois de ser comprado[1]. Fazendeiro de café e negociante[2], Passos enriqueceu e construiu na década de 1870 um dos palacetes mais opulentos de Petrópolis, na Rua de D. Afonso[3]. O cafeicultor, contudo, continuaria a lidar com o desaparecimento de escravizados das suas propriedades até o fim do sistema escravista no Brasil. Em 1875, seguia protestando via anúncio em jornal, desta vez contra a fuga de “José Pernambuco, sem que houvesse motivo para isso”[4]. Ao contrário de Estevão, José era cativo do palacete na Rua de D. Afonso.

No ambiente urbano e no rural, a fuga foi um expediente frequente dos cativos, sendo “algo previsível nos mundos da escravidão”[5], inclusive em Petrópolis, que, ao mesmo tempo que era cidade de vilegiatura da corte de Dom Pedro II, era também um importante ponto na infraestrutura de transporte do café. Geograficamente próxima ao Vale do Paraíba[6], que vivenciou o surto da safra cafeeira no século XIX, a cidade foi um espaço de trânsito e labuta de escravizados, reproduzindo dentro das suas fronteiras e arredores muitas das características da escravidão nacional brasileira oitocentista.

O Brasil foi uma das maiores regiões de economia escravista do mundo no século XIX, ao lado de Cuba e Estados Unidos da América. A Revolução Industrial na Grã-Bretanha, iniciada na segunda metade do século XVIII, com a mecanização da fiação e o uso crescente da energia a vapor, provocou a aglomeração de máquinas e pessoas na Inglaterra, tendo como consequência um sistema contínuo de fornecimento de matéria-prima e alimentos baratos para as indústrias inglesas. Os novos circuitos de alta produtividade, estabelecidos pelo capitalismo industrial, forçaram a exploração de áreas externas ao império britânico com potencial produtivo e capacidade de fornecimento do produto barato que o sistema industrial precisava[7]. Por isso, ao mesmo tempo

que a Grã-Bretanha eliminou a escravidão nas Índias Ocidentais – com o fim do tráfico em 1807 e a abolição da escravidão na década de 1830 – continuou a faturar com a escravidão brasileira, cubana e estadunidense[8]. O café brasileiro, o açúcar cubano e o algodão estadunidense formaram os pilares da chamada Segunda Escravidão[9].

No caso brasileiro, a alta produtividade do café, para atender ao aumento da procura provocado por mercados consumidores de bebidas estimulantes dentro do processo de industrialização e urbanização na Europa e nos Estados Unidos, se verificou na região do Vale do rio Paraíba do Sul, até então “quase toda constituída por florestas virgens”[10]. A região sofria da proibição de ocupação, uma medida implantada no século XVIII pelas autoridades sobre os sertões dos arredores não povoados da Capitania das Minas para evitar o extravio do ouro[11]. Após o esgotamento das minas auríferas e a ascensão do café, a edificação dos complexos cafeeiros no Vale, inclusive com negociantes recebendo sesmarias na região como recompensa por subsídios financeiros em apoio à Coroa[12], se deu nas primeiras décadas do século XIX até os anos 1830. O auge da produção na região foi nas décadas de 1860 e 1870[13].

Neste cenário, municípios como Bananal, Barra Mansa, Cantagalo, Mar de Espanha, Paraíba do Sul, Taubaté, Valença e Vassouras desenvolveram as suas economias em torno de fazendas que empregavam um grande número de escravizados. O surto produtivo no Vale do Paraíba fez com que o Brasil produzisse mais da metade do café mundial nessa época[14].

Em meio à ascensão do café brasileiro no mercado internacional, o projeto de Petrópolis surgiu para servir de instalação de verão e repouso ao imperador. Em 1843 foi fundada a Povoação-Palácio de Petrópolis, tendo início as obras do palácio imperial. D. Pedro II subiu a serra em 1844 para uma pequena digressão pela antiga fazenda do Córrego Seco e em 1845 hospedou-se pela primeira vez na região[15], numa antiga sede da fazenda. A primeira vez que a família imperial se hospedou no palácio, ainda em obras, foi em 1849, continuando a frequentar o espaço anualmente até a conclusão do edifício, em 1856[16].

Até o fim do Segundo Reinado, D. Pedro II e a sua família passaram 40 verões na região serrana[17]. Como o imperador permanecia longas temporadas na cidade, os nobres e diplomatas que o rodeavam optaram por construir também residências de verão em torno do palácio imperial[18], surgindo assim a capital de verão do Brasil[19]. A partir de 1858, quando foi inaugurada a primeira seção da Estrada União e Indústria, de Petrópolis a Pedro do Rio, e depois em 1861, concluída a ligação até Juiz de Fora, a cidade de Petrópolis passou a sediar a estação final de uma estrada por onde convergia grande parte do transporte de café para o Rio de Janeiro[20].

Devido à importância política do projeto, o estatuto de Petrópolis se desenvolveu rapidamente: em 1846, foi criada a Paróquia de São Pedro de Alcântara, vinculada à Vila da Estrela

e, 11 anos depois, em 1857, foi elevada a município e cidade, sem passar pela condição de vila, algo inédito no Brasil na altura. Aureliano Coutinho, presidente da província do Rio de Janeiro, em 1848, escreveu que Petrópolis seria a “Sintra do Brasil”[21], sendo Sintra, numa serra nos arredores de Lisboa, uma região admirada pela salubridade do ar, tendo lidado a partir do século XVI com longas estadas na cidade da corte de Portugal[22].

O plano urbanístico traçado por Julius Friedrich Koeler, militar que foi o arrendatário da região e o responsável pelo projeto de Petrópolis, compreendia a Vila Imperial, desenvolvida ao redor do Palácio, com moradias de membros da corte e casas de veraneio; a Vila Teresa, com lotes maiores, também destinada a residências; e dezenas de quarteirões para estabelecimento de núcleos de povoação. A colonização alemã, fundamentada na pequena propriedade familiar (também chamada de lote ou colônia)[23], teve início em 1845, com a chegada dos primeiros colonos a partir de um contrato do governo fluminense com o comerciante Charles Delrue, vice-cônsul do Brasil em Dunquerque, na França[24]. Delrue encontrou no interior da Alemanha pessoas interessadas em ter um pedaço de terra e a possibilidade de uma vida nova no Brasil. Em 1858, Sérgio Marcondes de Andrade, diretor da Imperial Colônia de Petrópolis, no seu relatório anual, estimou a população em seis mil habitantes, sendo três mil nas duas vilas e outros cerca de três mil nos núcleos de povoação[25].

A historiografia sobre a fundação e o desenvolvimento de Petrópolis no século XIX dedicou amplamente um olhar voltado para a sociabilidade da corte e dos cortesãos, fruto do grande interesse que a cidade desperta por ter sido sede sazonal do poder imperial, e voltado aos imigrantes europeus que chegaram à região ao longo do oitocentos[26]. Alcindo Sodrê, num artigo sobre a vida do imperador em Petrópolis, no que se refere à escravidão só tem a dizer que a cidade “figurou entre os pontos vanguardeiros do país na emancipação dos escravos”, citando a entrega de alforrias em abril de 1888, um mês antes da abolição, aos 103 cativos restantes na cidade[27]. Lília Schwarcz escreve que “não fossem os serviçais negros, que dividem o espaço com os imigrantes alemães, dir-se-ia que estávamos em uma nova Europa”, referindo também um mercado de escravos entre as casas comerciais da Rua do Imperador[28]. Apesar de ricas nos seus propósitos, as pesquisas referidas são ainda insuficientes para o entendimento do cotidiano dos escravizados e das dinâmicas do sistema escravista na cidade.

Esse padrão tem obtido novos contornos nos últimos anos, com pesquisadores procurando lançar luz sobre a escravidão nesse processo. Surgiram assim trabalhos como os de Francisco Vasconcellos, Paola Vanessa Dias, Lucas Ventura da Silva e Camilla Vieira Sayão Cardoso[29], que começam a interpretar a dinâmica escravista da cidade ao longo do século XIX. Apesar de não ter tido grandes plantações de café, numa região onde a produtividade era menor do que nas áreas

baixas do Vale do Paraíba, Petrópolis foi impactada pela circulação de pessoas e mercadorias em função da sua localização geográfica e importância política, sendo também um espaço de concentração de escravizados.

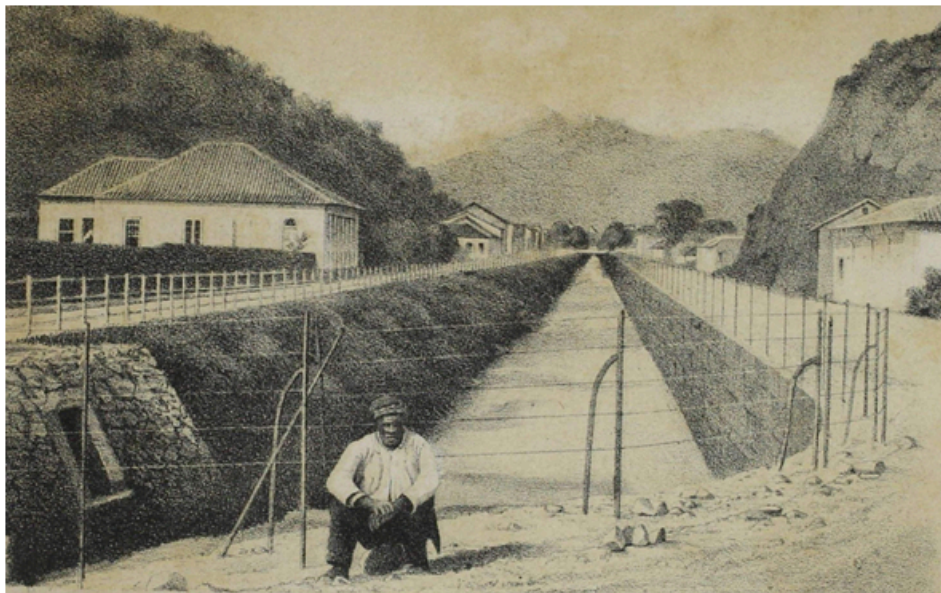
Com este artigo, pretendemos contribuir para esta nova vaga de pesquisas sobre a escravidão em Petrópolis, procurando identificar algumas características do cotidiano escravista a partir de uma das primeiras publicações periódicas da cidade: *O Parahyba*, que foi inaugurado em dezembro de 1857 e circulou até o fim de 1859[30], período que se insere no espaço temporal classificado por alguns como o apogeu do Segundo Reinado[31]. Impresso em Petrópolis duas vezes por semana, *O Parahyba* circulava também em diversas regiões do Vale do Paraíba. O objetivo, segundo a primeira edição, era “advogar os interesses e promover a prosperidade e progresso não só de Petrópolis como das povoações do interior”, prometendo chamar a atenção “dos poderes do estado no interesse e no engrandecimento da província”[32]. Remigio de Sena Pereira, um dos redatores, escreveu que *O Parahyba* tinha uma conexão natural com as “três irmãs limítrofes: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas”[33]. Em novembro de 1858, *O Parahyba* passou a circular também em Cantagalo e Campos.

Para o nosso propósito, os anúncios publicados no periódico assumem um especial interesse[34], devido à grande relevância que a população escravizada tinha nessas publicações, em anúncios de compra, venda e fuga dos indivíduos. Para o estudo da escravidão, uma série de investigadores brasileiros e estrangeiros tem destacado o seu caráter singular. Gilberto Freyre, em 1934, foi pioneiro ao falar numa palestra no Rio de Janeiro sobre a importância dos anúncios para o estudo das dinâmicas da escravidão. Somente depois, em 1963, publicaria um livro sobre o tema[35]. Alberto da Costa e Silva, além de apontar que o pioneirismo de Freyre não se restringe às fronteiras brasileiras, pois ninguém havia antes enxergado os anúncios de cativos nos jornais como fonte histórica “nem no Brasil, nem nos Estados Unidos ou na Europa”, entende que a importância da imprensa está na objetividade e frieza da fonte[36]. A mesma frieza é destacada em Cuba por Antonio Nuñez Jiménez, para quem nos jornais “fica refletida, como em nenhum outro documento histórico, a crueldade dos escravistas”[37].

Uma atenção específica aos anúncios de fugitivos também já foi realizada em variados casos. Luiz Mott entende que uma análise sistemática dos anúncios “pode fornecer ricas informações quantitativas e qualitativas sobre inúmeros aspectos da estrutura e dinâmica de nossas populações escravas”[38]. Flávio Gomes encontra nos periódicos indícios para analisar as experiências sociais dos fugitivos e suas particularidades cotidianas[39], enquanto, nos Estados Unidos, Tom Costa destaca a capacidade dos anúncios para iluminar os “cantos escondidos” das sociedades escravistas[40]. Diante da escassez de registros produzidos pelos próprios escravizados,

as propagandas da imprensa, em muitos casos, revelam-se fontes preciosas para identificar os vestígios do cotidiano escravista.

Imagem 1 – Rua do Imperador, fotografia de Revert Henry Klumb



Fonte: Taunay, *Viagem Pitoresca a Petrópolis*.

A escravidão dominante nos anúncios da imprensa

Não tinha no Brasil, recorda José Murilo de Carvalho, território livre de escravidão, como havia nos Estados Unidos da América[41]. Em Petrópolis, conforme destacamos, a presença do cativo mantém-se pouco estudada, sugerindo uma presença reduzida do trabalho escravo na cidade. No entanto, num país onde o trabalho de escravizados era generalizado, seria no mínimo inusitado que Petrópolis tivesse sido um oásis nesse cenário, sobretudo por ter se tornado uma região por onde transitavam e se afixavam permanente ou temporariamente muitos habitantes da elite fluminense e por estar inserida no eixo Rio de Janeiro-Vale do Paraíba-Minas Gerais, que, após o fim do tráfico atlântico de escravizados em 1850, “foi fundamental para a preservação do cativo nos quadros do Estado nacional brasileiro”[42]. Os anúncios d’*O Parahyba* alinham-se com este pensamento, sugerindo que a escravidão em Petrópolis foi mais ampla do que aquilo que se tem destacado nos estudos.

Uma análise das 202 edições d’*O Parahyba* que circularam entre 1857 e 1859 (nove números em 1857, 103 em 1858 e 90 em 1859) permite identificar 832 distintos anúncios impressos no periódico, sendo 85% destas propagandas referentes a comércios e transações dentro das fronteiras de Petrópolis ou arredores próximos, como Secretário, Paty do Alferes e São José do Vale do Rio Preto. Outras regiões próximas como Bemposta (4%) e Paraíba do Sul (3%) apareciam com

alguma frequência nos anúncios. O jornal também absorveu anúncios da capital, Rio de Janeiro (4%). Outras regiões tiveram presença minoritária: Campos, Cantagalo, Juiz de Fora, Magé, Mar de Espanha, Valença e Vassouras.

A configuração destes anúncios revela uma presença significativa da escravidão no cotidiano petropolitano. As tipologias das propagandas são variadas e abarcam uma diversidade de áreas, muitas delas relacionadas ao processo de desenvolvimento da urbe, como comércios de livros, carruagens, anúncios de oportunidades de emprego (professores, jardineiros, carroceiros, cozinheiros, criados), eventos (bailes no Hotel Bragança, espetáculos no Teatro Progresso Petropolitano), anunciantes que publicitavam as suas competências e ofereciam os seus serviços aos leitores (médicos, professores, advogados, fotógrafos, tintureiros, relojoeiros, marceneiros, correeiros, serralheiros) e negociações imobiliárias (casas, terrenos, prazos), fruto do interesse que a cidade atraiu por causa da periódica presença física da corte – sabe-se que a chegada de uma corte real é capaz de impactar o mercado imobiliário, como aconteceu com a cidade do Rio de Janeiro após a chegada de Dom João VI em 1808[43]. Dentro desse mosaico de anúncios, no entanto, os mais frequentes foram aqueles relacionados com a compra, venda e aluguel de pessoas escravizadas ou anúncios de fugas de cativos, que também tinham uma componente comercial, pois incluíam quase sempre os valores que os anunciantes ofereciam como gratificação a quem localizasse o fugitivo.

Ao todo, dos 832 anúncios tabulados, 69 referem-se à fuga de escravizados e 45 à compra, venda ou aluguel, totalizando 114 publicações publicitárias direcionadas a este mercado. Dos 45 anúncios comerciais, 44 são referentes ao território de Petrópolis e proximidades e um a Bemposta. Quanto aos anúncios de fuga, 44, ou 64%, são referentes a Petrópolis e proximidades. Encontram-se ainda oito anúncios de fuga referentes à região de Bemposta, cinco a Paraíba do Sul, cinco a Campos, três ao Rio de Janeiro, um a Juiz de Fora, um a Cantagalo, um a Magé e um que traz a informação da fuga ter ocorrido em Minas.

Para Flávio Gomes, “talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto”[44]. Nas cidades, com tantos africanos livres e escravizados trabalhando no dia a dia, não era fácil localizar um fugitivo. Eram, ainda segundo Gomes, “ao mesmo tempo presentes e invisíveis”. Nem sempre, reforça Sidney Chalhoub, “era possível saber pela aparência a condição social de uma pessoa”[45]. O uso dos anúncios da imprensa no século XIX serviu de ferramenta para tentar facilitar esta identificação. Os escravizadores publicavam anúncios extremamente detalhados e publicitavam valores de recompensa para aqueles que capturassem o indivíduo. Machado de Assis retratou este cotidiano no famoso conto *Pai Contra Mãe*[46], descrevendo a rotina de um capturador de

fugitivos: “Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas”, diz o autor, descrevendo a função como “um ofício do tempo”.

Tabela 1

ANÚNCIOS PUBLICADOS NO PERIÓDICO O PARAHYBA (PETRÓPOLIS, 1857-1859)		
Anúncios	Número de inserções	Porcentagem
Escravizados	114	13,5%
Imóveis	77	9%
Oferta de serviços	75	9%
Oportunidades de emprego	65	8%
Eventos	65	8%
Animais	59	7%
Créditos, dívidas	53	6%
Alimentos e consumíveis	43	5%
Artigos perdidos	43	5%
Móveis ou utensílios de casa	31	3,5%
Carruagens e transportes	30	3,5%
Livros e publicações impressas	25	3%
Sociedades e associações	19	2%
Vestuário	15	2%

Fonte: *O Parahyba*, Petrópolis, 1857-1859

Esta paisagem se reproduziu em Petrópolis, quer na região mais urbana quer nos arredores rurais, como fica evidente ao folhear as páginas d’*O Parahyba*. No Alto da Serra, segundo um anúncio do periódico, fugiu a Luiz José Fernandes de Azevedo “um escravo de nome Justino” que era “oficial de marceneiro”[47]. Quase dois meses depois, uma notícia d’*O Parahyba* dava conta de que “a polícia crê que o autor do último arrombamento da casa da agência foi um escravo do Sr. Luiz José Fernandes de Azevedo, e que ela esforça-se por capturar o delinquente, que anda fugido”[48]. Em julho de 1858, Rita – descrita como “de nação Benguela” e escravizada por Jorge Karmm, morador na Vila Teresa n.º 14 – teve “licença para passear”. Ela, que “tinha muitos sinais de castigo no corpo”, aproveitou a oportunidade para escapar do cativo. Dias depois, Karmm anunciou o “desaparecimento” n’*O Parahyba*[49]. Por essas e outras, existia um receio em permitir os passeios dos cativos, de modo que um anunciante indicava a possibilidade de alugar “uma preta que cozinha o trivial, cose, engoma e faz todo o mais serviço de casa; com a condição de não sair só à rua”[50].

Nas proximidades petropolitanas, Domingos de Souza Leite, proprietário de uma fazenda em Águas Claras, região de São José do Vale do Rio Preto, anunciou em março de 1858 a fuga de dois escravizados chamados Tadeu e Policarpo[51]. Em janeiro de 1859, quase um ano depois, Domingos seguia procurando um dos fugitivos. Tadeu provavelmente já tinha sido localizado, mas

Policarpo, segundo o novo anúncio, “tem sido visto na estrada velha da Estrela”[52]. Sete meses depois, em agosto de 1859, o fazendeiro continuava tentando localizar Policarpo, desta vez junto com mais dois fugitivos: Carlos e Selino[53]. Tal como Joaquim Antônio dos Passos, do qual falamos na abertura deste artigo, Domingos de Souza Leite enriqueceu com a fazenda e o seu filho, Guilherme Augusto de Souza Leite, nascido em Petrópolis em 1850 e formado em engenharia na Bélgica, seria nomeado o Barão de Águas Claras em 1887 após hospedar na fazenda o imperador D. Pedro II[54].

Parte dos cativos que circulavam por Petrópolis eram escravizados por habitantes do Rio de Janeiro que passavam temporadas na região serrana. O exemplo de Joaquim é ilustrativo desses casos. Em fevereiro de 1858, um anunciante de *O Parahyba* informou que tinha identificado um fugitivo “negro de nome Joaquim, nação Moçambique, com o dedo grande do pé direito torto”, querendo saber do proprietário “o quanto oferece de alvíssaras para se lhe darem informações”[55]. O anunciante conseguiu o seu objetivo: dois meses depois, Geraldo da Silva Correa, que residia na capital, publicou um anúncio oferecendo “100\$000 de gratificação se, se verificar que o preto Joaquim de nação Moçambique, com o dedo grande do pé direito torto, é o seu escravo que tem fugido há algum tempo”[56].

Os anunciantes de Petrópolis também suspeitavam que os fugitivos poderiam escapar para outras cidades. Em setembro de 1858, Vergílio Ribeiro de Rezende suspeitava que Francisco e Paulo tinham ido para o Rio de Janeiro “por terem vindo de lá há pouco tempo”[57]. Um morador da Vila Teresa n.º 38 anunciou a fuga de cinco escravizados em dezembro de 1858[58]. Além do anúncio no periódico petropolitano, a fuga também foi propagandeada no *Jornal do Commercio*[59], impresso no Rio de Janeiro, provavelmente porque o anunciante suspeitava que os cinco poderiam ter escapado para a capital. Em abril de 1859, pairava a desconfiança de que o fugitivo José estivesse “de serra abaixo à espera de ver se pode ir para a cidade de onde veio”[60]. Por outro anúncio ficamos sabendo que José era natural de Paraty[61].

A fuga para outras regiões poderia ter razões diversas, entre elas restabelecer laços familiares ou afetivos, algo já indicado por outros estudos em regiões como Grão-Pará e Virgínia[62], e em análises mais abrangentes[63]. Em Paty do Alferes, Luiz Bernardo de Oliveira anunciava a fuga de Aniceto com a informação de que “dizem que foi para os lados da Paraíba, talvez em busca de um parceiro de nome Lauriano, que há cerca de três anos fugiu para esse lado e tem como sinal a falta de uma vista”[64]. Outro anunciante desconfiava que os fugitivos Manoel e Luiz tinham ido para a região de Vassouras, porque “o primeiro já aí foi escravo de um senhor que tem diversos escravos no mato a serrar madeira”[65].

Levanta-se também a hipótese das fugas para os quilombos mais próximos. Petrópolis abrigou quilombos nos seus arredores e provavelmente estes espaços assumiam articulações e contatos com a estrutura social e econômica petropolitana. As comunidades de fugitivos no Brasil se proliferavam justamente pela “capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram”[66]. Na época de circulação d’*O Parahyba*, pelo menos dois quilombos estavam estabelecidos: o da Vargem Grande, na região onde atualmente fica a Fazenda Inglesa, e o da Tapera, no atual bairro da Boa Esperança, em Itaipava[67]. Flávio Gomes refere, para o ano de 1873, o estabelecimento de um quilombo no Quarteirão Suíço[68].

A Rua do Imperador representava o centro comercial de Petrópolis. O guia de viagem de Carlos Augusto Taunay, escrito em 1862, descreve esta rua não como um espaço de moradia, mas um local onde “os edificios servem antes para hotéis, oficinas, lojas, armazéns, padarias, tendas de carneiros, cocheiras”[69]. No interior desta movimentação comercial, o trabalho escravo era disseminado e os anúncios oferecem alguns indícios. O Hotel de Hamburgo, na Rua do Imperador, valia-se de “uma preta para todo o serviço”[70]. Três lojas na rua, nos números 18, 21 e 56, procuravam por escravizados cozinheiros para trabalhar[71]. As lojas de número 36 e 56 procuravam escravizadas para tomar conta de crianças[72]. No n.º 3, “compram-se escravos, preferindo-se pretos fortes ainda que sem ofício”[73].

A Rua do Imperador também concentrou espaços que serviam como mercados de escravos. Destaca-se o Clube do Comércio, que funcionava no n.º 16, esquina com a Rua D. Januária. Era propagandeado que “no Clube do Comércio alugam-se, compram-se e vendem-se escravos”. Este anúncio, publicado pela primeira vez no dia 18 de fevereiro de 1858, foi repetido 17 vezes n’*O Parahyba* entre fevereiro e setembro de 1858. A 30 de setembro do mesmo ano foi anunciada a venda do estabelecimento para um “novo possuidor”. A 20 de novembro de 1859, anunciou-se o aluguel “de uma casa de sobrado, onde ficava o Clube do Comércio”. Além do Clube e de diversas outras pessoas na rua que faziam vendas individuais, existiu também numa das lojas do n.º 56 o escritório e agência de Olive e Irmãos, que além de agenciar a compra e venda de imóveis, incumbiam-se também “de procurar oficiais de ofícios, criados livres e escravos, amas de leite, etc.”[74]. A loja de Inácio José da Silva, no n.º 50, vendia “cobertores para escravos, da melhor qualidade que se pode desejar deste gênero”[75].

Outros estabelecimentos fora da Rua do Imperador também se valiam de indivíduos escravizados no trabalho cotidiano. Na Rua D. Januária, a padaria francesa utilizava um escravizado chamado Firmino, de “nação Congo”, como forneiro. Em janeiro de 1859, aliás, Firmino fugiu da padaria[76]. Outros cativos trabalhavam em obras, como Roberto, que “trabalhou na obra da Casa dos Seis Bilhares nesta cidade, e numa obra junto ao moinho da Renânia, defronte da moradia do

seu senhor”[77]. Em setembro de 1859, ele “fugiu da cidade pela estrada Mauá”[78]. O Hotel da Presidência tinha a seu serviço “oito bons escravos”[79]. Foi, aliás, no Quarteirão Presidência, onde ficava o referido hotel, que a viajante inglesa Marguerite Tollemache, que esteve em Petrópolis em 1854, retratou em seus desenhos alguns cenários da Presidência – não se sabe se ela ficou hospedada naquele hotel – e numa dessas obras três crianças negras são as protagonistas – não se sabe se escravizadas ou livres[80].

Imagem 2 – Leopoldina - Justinho - Theresina, Presidência, 1854.



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles, disponível em:

<https://www.brasilianaiconografica.art.br/autores/18800/marguerite-tollemache>

O Hospital de Petrópolis também representa mais um indício da circulação abrangente de escravizados. O Relatório da Imperial Colônia de Petrópolis referente ao ano de 1857, escrito pelo diretor Sérgio Marcondes de Andrade, mostra que a chamada “enfermaria dos pretos” era “a mais concorrida e a que mais aumenta a receita do hospital, no entretanto que ela é justamente a que está em piores circunstâncias”. Neste espaço, eram medicados gratuitamente todos os africanos livres do serviço da colônia[81], mas eram pagos regularmente os tratamentos “dos africanos do imperial palácio e dos escravos mandados por seus senhores”. Ao todo, 520 pessoas foram tratadas em 1857. Na “enfermaria dos pretos” foram atendidos “54 africanos da colônia, 11 do imperial palácio, 88 escravos mandados por seus senhores e seis gratuitamente”, sendo que o relatório ainda menciona indivíduos que não puderam ser tratados nesta enfermaria por falta de espaço[82]. Conclui-se que, para o referido ano, 17% dos tratamentos do hospital foram feitos em cativos.

O diretor do hospital era, desde 1853, o dr. Thomaz José da Porciúncula. O próprio Porciúncula se valia do trabalho escravo no cotidiano. Uma notícia indicava que “um escravo do sr. dr. Porciúncula deu umas facadas num outro pertencente ao sr. Antônio José da Rocha Fragoso”[83]. O médico lucrava com este mercado, segundo um anúncio: “Aluga-se uma preta para todo serviço, para tratar em casa do dr. Porciúncula”[84]. Além disso, o diretor do hospital também auxiliava conhecidos a recuperar os seus escravizados em fuga. Em setembro de 1859, anunciava-se a fuga da fazenda do Secretário de “Paulo de nação Cabinda”, escravizado por João Rodrigues Caldas, acrescentando que “quem o levar à fazenda acima será bem gratificado, ou o entregar em Petrópolis ao sr. dr. Thomaz José da Porciúncula”[85].

Em notícias e anúncios, ficam também assinalados os contornos tomados pela resistência exercida pelos escravizados, ainda que, conforme escreve Keila Grinberg, “é preciso pensar se os crimes cometidos por escravos eram sempre atos de resistência contra a escravidão”[86]. Ainda que nem todo crime representasse luta consciente em prol da liberdade, a imprensa petropolitana indica que esses atos contra a lei foram rotineiros na cidade.

Uma notícia informava que o alemão Jacob Veit, no Quarteirão Darmstadt, “conserva em seu poder um negro fugido, que outrora deu um tiro de pistola em um oficial de justiça”[87]. Em março de 1859, noticiou-se um arrombamento na casa de detenção da cidade e fugiram três dos cinco presos: “o pardo Hermenegildo Marcolino Silvestre, desertor do 1.º batalhão de artilharia”, o “preto Ventura, escravo de D. Júlio Macke, detido à requisição de Antônio José Correia Lima” e “um outro mandado por suspeito de fugido, pela subdelegacia do 2.º distrito”[88]. Outro caso ocorreu na Rua de D. Francisca, onde “foram encontrados dois pretos na cozinha de uma casa”. Depois de serem expulsos pelo cozinheiro da casa, “foi este depois atacado por eles defronte do barracão contíguo à diretoria, e tê-lo-iam espancado mais se ao barulho não tivesse acudido o sr. Lopes”. A notícia terminava pedindo medidas mais rígidas contra “este capoeira” do que as que foram tomadas “com os três pretos da diretoria, que tendo sido encontrados com facas e canivetes, sofreram apenas uma noite de prisão”[89].

Na seção “Crônica Judiciária”, referente ao Juri da Estrela, em Petrópolis, informava-se que o “escravo Roque, acusado pela justiça de crime de ferimentos graves”, foi condenado “a sofrer 300 açoites e trazer ferro ao pescoço por espaço de um ano”[90]. Mais tarde, outra notícia informava a morte de “Mm. Pegels, sogra do sr. dr. Thouzet”, que teria sido “a única vítima de um envenenamento de alimentos vindos da corte”. Um escravizado de nome Vicente era suspeito do crime, segundo a notícia, que também indicava a crença de que Vicente já estava preso[91]. Os últimos exemplos ilustram um paradoxo que, conforme Hebe Mattos e Keila Grinberg[92], persistiu durante toda a vigência da escravidão brasileira: os escravizados serem, juridicamente, coisa e

pessoa ao mesmo tempo, pois ao passo que o regime da escravidão permitia a posse e propriedade de pessoas escravizadas, também previa que os cativos deveriam responder judicialmente pelos crimes cometidos.

O cativo em números

Sistematizar os dados informados pelos anúncios d'*O Parahyba* permite clarificar algumas características da escravidão petropolitana. É possível, por exemplo, notar a ascensão do tráfico interprovincial de escravizados, que ganhou força no Brasil após o fim do tráfico externo em 1850. A partir do levantamento das origens dos cativos anunciados no jornal petropolitano, localizamos 54 escravizados que foram anunciados com informações suficientes para identificá-los como nativos (crioulos, segundo os usos da época) ou africanos. Desta amostragem, 33, ou 61%, são nativos e 21, ou 39%, são africanos.

Entre os escravizados nascidos no Brasil, 14 foram descritos no jornal apenas como “crioulos”, sem indicação da região brasileira de onde tinham vindo. Outros cinco tiveram suas regiões identificadas: um de Goiás, um do Rio Grande do Sul, um da Bahia, um do Ceará e um de Paraty, ilustrando o fenômeno do tráfico interno, que começava nas plantações, fazendas e cidades das regiões do norte, do oeste e do extremo sul do Brasil e terminava com sua chegada às plantações de café e às cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo[93]. Como os nascidos no Brasil eram por vezes identificados pelo tom da pele, encontramos também dez indivíduos descritos como “pardos” e outros quatro como “cabras”.

Entre os africanos, sete têm classificações genéricas que permitem identificá-los como nascidos no continente africano, sendo seis identificados como “de nação” e um que “parece crioulo”. Os outros 14 subdividem-se em oito provenientes da África Centro-ocidental (três descritos como provenientes de Cabinda, três do Congo, um de Angola e um de Benguela), cinco da África Oriental (três classificados como vindos de Moçambique e dois de Inhambane) e um da África Ocidental (descrito como “Mina”, o termo usado no Rio de Janeiro para designar uma ampla diversidade de povos africanos ocidentais[94]).

No que se refere ao gênero, notamos uma ampla predominância de escravizados do sexo masculino: 68 dos 89 cativos localizados com indicação do sexo eram homens, ou seja, 76% da amostragem. Isso não significa que eles de fato representassem esta ampla maioria no dia a dia. A explicação pode estar no tipo de documentação que utilizamos, isto é, os jornais. Como já assinalamos, os anúncios de fuga eram maioria n'*O Parahyba*, contribuindo para superestimar a quantidade de homens na estatística, uma vez que, conforme destacado em alguns estudos, os homens fugiam mais do que as mulheres.

Flávio Gomes, utilizando os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Diário do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1826, e Alice Moura, valendo-se do *Jornal do Commercio* entre 1828 e 1840, calcularam que, entre os fugitivos, existia ampla maioria do sexo masculino[95]. Algumas explicações já foram sugeridas para a reduzida presença feminina nas fugas, como maternidade, menor liberdade de circulação por serem, no ambiente urbano, muitas vezes aplicadas em serviços domésticos, e a maior possibilidade de conseguirem alforrias[96].

Quanto ao preço de compra de um escravizado, *O Parahyba* não fornece dados suficientes para elaborarmos uma estimativa do preço médio em Petrópolis nessa altura. Apenas dois anúncios indicam o preço: uma “preta que lava e cozinha, muito própria para casa de pouca família” estava à venda por 900\$000[97], enquanto uma “crioula de 18 anos, com um filho de um ano” era vendida por 2:000\$000[98]. Os dois preços enquadram-se na alta de preços verificada neste mercado após 1850. Ainda que o preço de um escravizado variasse de acordo com idade, sexo, tipo físico e os ofícios que era capaz de exercer, a análise que Stanley Stein faz da variação dos preços dos escravizados ao longo do século XIX em Vassouras ilustra bem o súbito aumento do valor monetário de um cativo. Com as portas do tráfico atlântico encerradas, o preço médio de um escravizado em Vassouras subiu de 630\$000 para 1:350\$000 em três anos[99], muito superior às médias em torno de 150\$000 que já foram calculadas em estudos sobre o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX[100].

É possível também estimar o valor médio oferecido como recompensa à captura dos fugitivos. Localizamos 20 anúncios n’*O Parahyba* com a informação do valor da recompensa para cada cativo em fuga, resultando numa gratificação média de 59 mil réis por cada escravizado recuperado. O valor mais alto encontrado não é especificamente referente a Petrópolis, mas sim a Sebollas, nos arredores, onde Antônio Dias Lessa oferecia 200\$000 pela captura do “escravo de nome Virgínio, pardo, idade 22 anos”[101]. Se considerarmos apenas os anúncios que indicam que o escravizado tinha fugido numa das ruas da área urbana de Petrópolis, desconsiderando as fazendas dos arredores, a média cai para 40\$000. A título de mera comparação, o prêmio médio que se pagava no Rio no início do século era 24\$000[102].

Para se ter uma dimensão dos valores referidos, “uma casa com um terreno de cinco braças de frente na Rua da Imperatriz” custava, também segundo um anúncio d’*O Parahyba*, 1:2000\$000, enquanto “uma casa e prazo no Quarteirão dos Brasileiros, fazendo testada para Westphalia, estrada nova da Companhia União e Indústria” era avaliada em 1:000\$000[103]. Já o aluguel mensal de “uma casa mobiliada com chácara” custava 45\$000[104], ao passo que “uma casa na Renânia Inferior, n.º 33, com seis quartos, cozinha e cocheira” ficava por 35\$000[105]. O preço mensal de

arrendamento podia chegar a 50\$000 para alugar em “uma das principais ruas de Petrópolis um grande sobrado com ricos móveis de jacarandá preto e lojas próprias para negócios”[106].

Localizamos nos anúncios d’*O Parahyba* 25 diferentes ofícios exercidos pelos escravizados, sendo notória a concentração de determinados serviços domésticos nas mulheres, tais como engomadeira, lavadeira, cozinheira e costureira: a função de engomar foi referida 13 vezes no período estudado; a de cozinhar, 12; lavar, 11; e costurar – ou coser –, sete. Outras funções apareceram, como ensaboar, duas vezes mencionada; fazer compras e cuidar de crianças, uma vez referida cada.

Em relação aos cativos do sexo masculino, os serviços são menos concentrados e mais variados. A função de cozinheiro foi a que mais vezes apareceu como indicação da função do indivíduo, com cinco referências n’*O Parahyba*. Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, serrador, tropeiro, ferrador e o de responsável pelo serviço de horta aparecem, cada um, duas vezes indicados nos anúncios. Outras 11 funções são indicadas uma vez cada: marceneiro, alfaiate, responsável por recados, ferreiro, forneiro, copeiro, cabouqueiro, responsável pelo serviço de roça, responsável pelo serviço de chácara, responsável pela colocação de arreios e aplicação de remédios em animais.

A função de cozinheiro chama a atenção por ser referida com frequência tanto entre os escravizados homens quanto entre as mulheres, algo já notado nos anúncios de outra urbe brasileira, ainda que com proporções bem maiores: o Rio de Janeiro do princípio do século XIX[107]. Além dos anúncios em Petrópolis que indicam que os cativos eram aplicados na cozinha – salientado em frases como “cozinheira de forno e fogão”, “cozinha o trivial”, “sabe cozinhar sofrivelmente” ou apenas com o indicativo “cozinheiro” ou “cozinheira” –, outros anúncios indicam a demanda pelo serviço. Em julho de 1858, um anúncio curto indicava o seguinte: “Precisa-se de alugar uma preta cozinheira na Rua do Imperador, n.º 21”[108]. Três meses depois, outro anunciante publicou uma demanda parecida: “Precisa-se de um preto ou preta para cozinhar. Trata-se nesta tipografia”[109]. Mais adiante, a exigência era maior: “Precisa-se alugar um preto cozinheiro e que sirva para mais serviços de casa: para tratar no Hotel Inglês, Rua do Honório”[110]. A demanda era também anunciada no Rio de Janeiro, onde o *Jornal do Commercio* publicou em junho de 1859 que “precisa-se de um preto cozinheiro do trivial para uma família em Petrópolis. Para tratar na Rua do Rosário, n.º 33 B”[111].

Percebe-se que, devido a um maior número de anúncios ligados ao centro urbano, as características da escravidão anunciadas em Petrópolis têm um caráter que se assemelha às dinâmicas escravistas das regiões urbanas brasileiras do século XIX[112], podendo-se levantar algumas hipóteses para isso, como a reserva dos espaços agrícolas para o trabalho livre dos

imigrantes alemães e a criação de um ambiente urbano em torno do palácio imperial, que sediava periodicamente a corte imperial brasileira.

O dito e o não dito

Desde 1818, quando D. João VI assinou o tratado de Nova Friburgo, autorizando o estabelecimento do primeiro núcleo de povoação europeia no Brasil, com a chegada de suíços na região serrana do Rio de Janeiro, o pressuposto da superioridade branca esteve presente nos debates acerca do apoio à migração de europeus para o Brasil[113]. A política de incentivo à imigração encontrou apoiadores variados, incluindo nomes sonantes do movimento abolicionista e D. Pedro II. Em 1862, o imperador escrevia em seu diário que “tudo o que não é rotina encontra mil tropeços entre nós e há quem ainda prefira o trabalho escravo e não creia na colonização, sendo a mesma causa o principal estorvo ao progresso dos institutos agrícolas”[114].

A inserção de trabalhadores europeus no Brasil associou-se a uma “descaracterização do negro enquanto força de trabalho e sobretudo como futuro cidadão”[115], ainda que desde 1833 uma série de jornais da chamada “imprensa negra” tenha passado a questionar essa construção da cidadania brasileira[116]. Desse modo, a gradual substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no Brasil não teve o compromisso social que André Rebouças defendia, ou seja, o acesso à propriedade da terra por parte de imigrantes e ex-escravizados e com a criação de condições para inserir os antigos escravizados na estrutura da nação[117]. Conforme advoga Klein, verificou-se “um racismo persistente que os impediu de explorar as condições de mercado”[118]. Predominava na elite brasileira, mesmo entre os abolicionistas, “uma visão dos negros como potencialmente vagabundos, criminosos, devassos e outros epítetos pouco lisonjeiros”[119]. Na célebre publicação *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicada em 1883, lia-se uma defesa da imigração europeia como uma contrabalança à influência cultural da população negra, e o seu “desenvolvimento mental atrasado”[120], defendendo um país onde a imigração europeia traga “para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio”[121].

Numa altura em que o Brasil ainda não tinha um Código Civil, apesar das promessas perdurarem desde 1823[122], a desqualificação da capacidade da população negra para o trabalho livre e a valorização dos brancos podem ser observadas na construção dos discursos nos anúncios impressos. Schwarcz chamou a atenção para o dito e o não dito na escrita da imprensa periódica do século XIX[123]. O não dito revela “a existência de questões essenciais e por isso mesmo nem sempre mencionadas explicitamente, ou na maioria das vezes enunciadas de forma pouco direta”[124]. Essas ideias ganhariam abrangência ainda maior no Brasil a partir de 1871, quando foi

decretada a Lei do Ventre Livre e o iminente fim do trabalho escravo fez crescer os debates científicos sobre raça, onde “se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades”[125].

Determinados anunciantes não escondiam em suas publicações a preferência, no que se referia ao trabalho livre, por pessoas brancas: “Precisa-se de um criado que seja moço e morigerado. Prefere-se branco e alemão”, informou um anunciante no jornal[126]. No caso dos anúncios que publicavam competências à procura de oportunidades de emprego, por vezes vinha descrito que o anunciante era branco, vislumbrando uma estratégia para tornar o anúncio mais atrativo, de acordo com os pressupostos da época. Um deles vendia os seus serviços desta forma: “Quem precisar de um cozinheiro para casa particular, branco, sabendo fazer doces e massas, queira dirigir-se na casa do sr. Folhas, Rua do Imperador, n.º 2”[127]. Poucos dias depois, foi a vez de uma “senhora branca portuguesa de meia-idade” anunciar que “deseja alugar-se em uma casa particular de pouca família”[128].

Os negros, mesmo quando não eram cativos, por vezes continuavam a sofrer com os enraizados hábitos do cativo. Um anúncio publicado em Petrópolis ilustra bem esta questão, indicando que “fugiu no dia 27 do mês passado o africano livre de nome Manoel ao serviço da Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis, de nação Benguela, idade 20 anos, pouco mais ou menos. Quem o apreender e levar no escritório da mesma superintendência será devidamente gratificado”[129]. O anúncio reproduz todos os vícios dos escravizadores anunciantes, isto é, descrição de características como a origem e a idade e a oferta de recompensa pela captura. No entanto, Manoel, como o próprio anúncio contraditoriamente informa, não era um cativo.

Segundo as regulamentações brasileiras, os africanos livres, emancipados após serem resgatados em navios engajados no tráfico ilegal, passavam à tutela de autoridades locais para serem aplicados em trabalhos obrigatórios durante 14 anos, que poderiam ser cumpridos em instituições públicas, obras públicas ou junto a particulares[130]. Apesar de juridicamente livres, só teriam, no entanto, o pleno direito à liberdade depois desse tempo de serviço, o que explica o anúncio da fuga em Petrópolis[131].

A questão racial fica explícita ao observarmos um desentendimento que surgiu entre *O Parahyba* e o concorrente *Mercantil*. No dia 13 de agosto de 1858, um editorial do redator d’*O Parahyba*, Remigio de Sena Pereira, protestava contra uma publicação anônima do *Mercantil*. É que o jornal concorrente publicara que Augusto Emílio Zaluar[132], fundador d’*O Parahyba*, “poucos dias antes de partir para o Brasil, assistia em Lisboa a uma ceia, onde se achava reunida a flor dos literários portugueses, Garrett, Lopes de Mendonça, Castelo Branco e etc”. Durante a ceia, segundo a publicação do *Mercantil* que foi replicada no editorial d’*O Parahyba*, Garrett questionou se Zaluar partiria para o Brasil. Lopes de Mendonça então teria perguntado se estava a se referir ao

“Poeta Negro (era assim que o tratavam os colegas, por familiaridade e deferência)”. Faustino Xavier, em resposta, afirmou: “deixá-lo ir, vai para sua terra”. Entretanto, finaliza o texto do *Mercantil*, “entre nós o Sr. Zaluar passa perfeitamente por branco. Enfim, ninguém é branco na sua terra”. O protesto publicado por Sena Pereira alertava para a “natureza do insulto” contra o fundador d’*O Parahyba*.

No dia 2 de setembro, uma nova publicação de Sena Pereira n’*O Parahyba* dava conta de que o *Mercantil* tinha se retratado, pedindo desculpa pela publicação, pois não sabia se tratar de uma calúnia do autor do texto. Sena Pereira termina esta publicação escrevendo que “o apelido – negro – empregado no sr. Zaluar é inacreditável e impossível, indicando a qualidade de raça, porque todos o conhecem e sabem que ele é branco, embora moreno”. O discurso do texto estabelece uma contraposição entre “ser branco” e “ser negro”, indicando a superioridade daquele frente a este. Fica evidente, a partir do que lemos destes recortes, que o negro era visto como um contratempo presente na sociedade, dado que informar a condição de branco nos anúncios era um fator capaz de qualificar a propaganda, sendo inclusive salientado como o “trabalhador ideal” por alguns recrutadores, ao passo que, para o periódico, ter no seu redator-chefe um homem negro seria interpretado como um insulto, justificando a publicação de artigos que advoguem a favor dos atributos de Zaluar enquanto branco.

Considerações finais

Como se pode ver a partir do duplo movimento analítico – quantitativo e qualitativo – dos anúncios d’*O Parahyba* e da análise de algumas notícias, o desenvolvimento de Petrópolis esteve associado à circulação e ao trabalho de escravizados. Apesar de não ter apresentado nenhuma característica nova acerca dos sistemas escravistas implantados no Brasil durante o século XIX, a novidade da investigação aqui apresentada reside justamente na identificação da reprodução no interior de Petrópolis – região que se mantém pouco estudada no que concerne à escravidão – de algumas das principais características do cativo brasileiro.

Se os anúncios cotidianos representam “a luz dos historiadores futuros”, conforme a definição de um periódico do Rio de Janeiro em 1854[133], na “cidade mais europeia do Império”, descrição esta feita por Ana Maria Mauad[134], a escravidão assumiu no século XIX um papel determinante no dia a dia. No periódico que adotamos como caso de estudo, tendo circulado durante dois anos logo a seguir à elevação de Petrópolis à categoria de município, os anúncios vinculados ao cotidiano dos escravizados predominam, ainda que inseridos num mosaico diverso de propagandas comerciais.

Os anúncios mostram que, tal como noutras regiões brasileiras, o ambiente da escravidão petropolitana era social e culturalmente complexo, com a convivência de cativos de proveniências variadas, ainda que, também reproduzindo um fenômeno brasileiro da segunda metade de oitocentos, os escravizados nativos fossem a maioria em função das novas rotas internas de tráfico. Os ofícios exercidos, num quadro geral, assemelham-se com os de outras áreas que desenvolveram uma escravidão urbana, como o Rio de Janeiro, tal como o mercado de pagamento de recompensas pelos fugitivos. Por fim, refletimos brevemente sobre a descridibilização das capacidades do negro para o trabalho livre como um elemento inerente ao discurso do texto escrito na imprensa petropolitana.

As estruturas de trabalho na cidade durante o Segundo Reinado absorveram tanto trabalhadores livres europeus e africanos quanto escravizados. No entanto, o que o estudo das páginas d'*O Parahyba* sugere é que a escravidão petropolitana e os seus desdobramentos foram mais abrangentes do que se tem dito. A imagem da Petrópolis do século XIX que se fez pública ao longo dos 180 anos da cidade não é a mesma que se vê publicada nos jornais da época. Estudos com outras fontes poderão revelar ainda mais sobre a dimensão da escravidão e a profundidade dos seus desdobramentos em Petrópolis.

Referências Bibliográficas

Documentos

O Parahyba, Petrópolis, 1857-1859, Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1844 e 1859, Hemeroteca Digital Brasileira.

Mercantil, Petrópolis, 1875, 1881 e 1890, Hemeroteca Digital Brasileira.

Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1854, Hemeroteca Digital Brasileira.

Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1848.

Outras fontes primárias

Assis, Machado de. *Dom Casmurro*. Brasília: Edições Câmara, 2016

Assis, Machado de. *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Bediaga, Begonha. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

Laemmert, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.

Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: Tipografia de Abraham Kingdon, 1883.

Taunay, Carlos Augusto. *Viagem Pitoresca a Petrópolis*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1862.

Vasconcelos, Rodolfo Smith de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

Bibliografia

Alencastro, Luiz Felipe de. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: Novais, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Amantino, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832, *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006.

Anastasia, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Auler, Guilherme. *Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis*. Petrópolis: Tribuna de Petrópolis, 1962.

Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bartholomeu, Matheus Cavalcanti. A cafeeicultura e a Estrada União e Indústria. *Terra Brasilis*, Niterói, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.3852>

Bertin, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

Blackburn, Robin. Por que segunda escravidão? In: Marquese, Rafael; Salles, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Cardoso, Camilla Vieira Sayão. *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886): principais aspectos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Fiocruz, 2022.

Carvalho, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Carvalho, Marcus. Cidades escravistas. In: Schwarcz, Lilia; Gomes, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Costa, Tom. What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements?. *International Social Science Review*, Winfield, v. 76, n. 1/2, p. 36-43, 2001.

Dias, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

Florentino, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Unesp, 2014.

Fragoso, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

Freyre, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979 (Edição original, 1963).

Fridman, Fania. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, v. 2, 2001.

Guimarães, Carlos. Negócios de Corte: os homens de negócios da praça do Rio de Janeiro, o tráfico de pessoas escravizadas e os subsídios para a manutenção do reino, c.1808-c.1821. *Almanack*, São Paulo, n. 33, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463333ea01422>

Gomes, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista, *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 67-93, 1996.

Gomes, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Gomes, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

Graham, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX, *AfroÁsia*, Salvador, n. 45, p. 25-65, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i45.21249>

Grinberg, Keila. *Código Civil e Cidadania*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Grinberg, Keila. Castigos físicos e legislação. In: Schwarcz, Lilia; Gomes, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Jiménez, Antonio Núñez. *Los Esclavos Negros*. La Habana: Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.

Jucá, Joselice. A questão abolicionista na visão de André Rebouças, *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, v. 4, n. 2, p. 207-218, 1988.

Klein, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000.

Lima, Patrícia Ferreira de Souza. *Petrópolis: progresso e tradição nos trabalhos da memória*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2001.

Mair, Lucille Mathurin. The Rebel Woman in the British West Indies During Slavery. In: Shepherd, Verene e Beckles, Hilary McD. *Caribbean Slavery in the Atlantic World*. Kingston: Ian Randle, 2000.

Mattos, Hebe; Grinberg, Keila. Código Penal Escravista e Estado. In: Schwarcz, Lilia; Gomes, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Mamigonian, Beatriz. Os direitos dos africanos livres. In: Dantas, Monica Duarte; Barbosa, Samuel. *Constituição de poderes, constituição de sujeitos: caminhos da história do Direito no Brasil (1750-1930)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2021.

Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

Mauad, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: Novais, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Mauro, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Mott, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. 1833-1864. In: *Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e sociedade: 1591-1882*. São Cristóvão: UFS, 2008.

Moura, Alice Maciel de. *Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

Muaze, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e dinâmica imperial. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

Muller, Mariza. *Os Portugueses na Formação de Petrópolis*. Edição do autor, 2019.

Muniz, Bruno Tamancoldi. *A educação visitada pelo imperador D. Pedro II: Casas e escolas públicas/privadas na Petrópolis do século XIX*. Petrópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Petrópolis, 2013.

Neto, José Maia Bezerra. Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888). Campinas: Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Ottero, Luiza. *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

Paiva, Eduardo França. Alforrias. In: Schwarcz, Lília; Gomes, Flávio do Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 125

Parron, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2009.

Parron, Tâmis. Revolução Industrial e circuitos mercantis globais: a crise da escravidão no Império britânico. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 132, p. 185-212, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i132p185-212>

Pedroso, Margarida Maria Mendes. *Petrópolis: De Povoação-Colônia a Elevação à Categoria de Cidade*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2014.

Pinto, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Brasília: Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

Pires, João Victor Ribeiro. Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821), *Mosaico*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/mos.v14i1.8557>

Pires, João Victor Ribeiro. A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821). *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilha, v. 79, n. 1, p. 171-204, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/aeamer.2022.1.06>

Raffard, Henri. Jubileu de Petrópolis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LVIII, parte II, 1895.

Rodrigues, Maria das Graças Duvanel. Os Imigrantes alemães e a construção da educação na Petrópolis colônia. In: Luchese, T. A.; Kreutz, L. (Org.). *Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. v. 1. Santa Maria: UFSM, 2011.

Samper, Mario; Fernando, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: Clarence-Smith, W. G.; Topik, S. (Ed.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

Schwarcz, Lília. *Retrato em branco e negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Schwarcz, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Schwarcz, Lília. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Serrão, Vítor. *Sintra*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Seyferth, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, São Paulo: Edusp, 2000.

Seyferth, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>

Silva, Lucas Ventura da. Patrimônio documental sobre escravidão: o elemento servil na Petrópolis do oitocentos. *Manduarisawa*, Manaus, v. 4, n. 1, p. 144-163, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/7420>

Silva, Lucas Ventura da. *Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

Silva, Alberto da Costa e. *A África e os africanos na história e nos mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

Sodré, Alcindo. Dom Pedro II em Petrópolis, *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 1, 1940.

Stein, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Tomich, Dale. *Through the Prism of Slavery*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

Vasconcellos, Francisco. Reflexos psicossociais do instituto da escravidão. *Boletim Semestral do IHP*, Petrópolis, n. 1, 2006.

Walvin, James. *História da Escravatura*. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

Williams, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

[1] *O Parahyba*, edição de 8 de maio de 1859.

[2] Laemmert, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, p. 107.

[3] Este palacete consiste atualmente no Hotel Solar do Império, na Avenida Koeler (antiga Rua de D. Afonso), esquina com a Praça da Liberdade. Em 1881, aos 70 anos, Passos declarava, para fins eleitorais, uma renda anual de 6.000\$000, sendo um dos comerciantes mais ricos da cidade. A relação dos votantes está disponível em: *Mercantil*, edição de 5 de janeiro de 1881. O palacete foi vendido em 1890, após a abolição da escravidão e a Proclamação da República. A venda do palacete foi avisada no *Mercantil*, edição de 25 de outubro de 1890.

[4] *Mercantil*, edição de 22 de dezembro de 1875. Este mesmo anúncio indica que José “é muito conhecido, por ter estado nas obras em construção, de seu senhor, há três anos”, provavelmente em referência às obras do palacete.

- [5] Gomes, *Jogando a rede, revendo as malhas*.
- [6] Um dos afluentes do rio Paraíba do Sul, o rio Piabanha, atravessa parte de Petrópolis.
- [7] Parron, *Revolução Industrial e circuitos mercantis globais*, p. 191-198.
- [8] Williams, *Capitalismo e Escravidão*, p. 197.
- [9] O conceito foi criado por Dale Tomich, defendendo que a ascensão da hegemonia britânica e a Revolução Industrial eliminaram a escravidão dentro do império britânico, encorajando a expansão fora dele. Ver: Tomich, *Through the Prism of Slavery*, p. 61-63. Para um balanço explicativo do conceito, ver: Blackburn, *Por que segunda escravidão?*.
- [10] Fragoso, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, p. 13.
- [11] Anastasia, *A geografia do crime*, p. 36.
- [12] Guimarães, *Negócios de Corte*, p. 7; Mattos, *O tempo saquarema*, p. 52.
- [13] Muaze, *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e dinâmica imperial*, p. 59.
- [14] A conclusão resulta da comparação dos dados da produção mundial de café com os da produção brasileira entre 1881 e 1885, disponíveis em: Samper e Radin, *Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960*, p. 417 e 422.
- [15] Raffard, *Jubileu de Petrópolis*, p. 52.
- [16] Raffard, *Jubileu de Petrópolis*, p. 123.
- [17] Schwarcz, *As barbas do imperador*, p. 238.
- [18] Mauro, *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*, p. 190.
- [19] Um dos melhores cronistas do século XIX, Machado de Assis apontou algumas vezes Petrópolis como destino de verão nos seus textos. Em *Dom Casmurro*, a cidade aparece neste sentido no primeiro capítulo. O mesmo acontece em contos como *Pílades e Orestes* e *D. Jucunda*. Ver: Assis, *Dom Casmurro*; Assis, *Todos os contos*.
- [20] Bartholomeu, *A cafeicultura e a Estrada União e Indústria*.
- [21] *Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro*, p. 46.
- [22] Serrão, *Sintra*, p. 10 e 16.
- [23] Seyferth, *A colonização alemã no Brasil*, p. 288.
- [24] O contrato estabelecido em junho de 1844, de acordo com o *Jornal do Commercio* de 21 de junho de 1844, indicava a importação de “colonos trabalhadores para serem empregados nas obras públicas da província”, sendo que o governo pagaria à companhia de Delrue 245 francos por cada colono e mais metade do valor por cada filho entre 5 e 15 anos. Os colonos deveriam ser portugueses, belgas, franceses, italianos, alemães, espanhóis ou suíços e não podiam ser menores de 18 anos e nem maiores de 40. Precisavam ser “robustos e bem morigerados” e “oficiais de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, canteiro ou cabouqueiro”.
- [25] O relatório foi publicado de forma faseada n’*O Parahyba* entre 25 de março e 22 de abril de 1858.
- [26] Para citar alguns estudos sobre a Petrópolis oitocentista dedicados ao cotidiano das classes dominantes ou dos imigrantes europeus: Auler, *Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis*; Fridman, *De núcleos coloniais a*

vilas e cidades; Lima, *Petrópolis*; Muller, *Os Portugueses na Formação de Petrópolis*; Muniz, *A educação visitada pelo imperador D. Pedro II*; Pedroso, *Petrópolis*; Rodrigues, *Os Imigrantes alemães e a construção da educação na Petrópolis colônia*.

[27] Sodré, *Dom Pedro II em Petrópolis*, p. 37.

[28] Schwarcz, *As barbas do imperador*, p. 235-239.

[29] Cardoso, *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886)*; Dias, *Do apagamento à fala pública*; Silva, *Patrimônio documental sobre escravidão*; Silva, *Movimentando a abolição*; Vasconcellos, *Reflexos psicossociais do instituto da escravidão*.

[30] O primeiro jornal de Petrópolis foi o *Mercantil*, editado entre março de 1857 e maio de 1892. A cidade também teve um periódico em alemão impresso nessa época, o *Brasília*, fundado em 1858.

[31] José Murilo de Carvalho situa o apogeu nas décadas de 1850 e 1860. Ver: Carvalho, *A construção da ordem. Teatro das Sombras*, p. 59.

[32] *O Parahyba*, edição de 2 de dezembro de 1857.

[33] *O Parahyba*, edição de 21 de novembro de 1858.

[34] A publicação de anúncios custava 80 réis por cada linha n' *O Parahyba*. A assinatura anual custava 10.000 réis para Petrópolis e 12.000 réis para assinantes de outras regiões. A tipografia ficava na Rua do Imperador, n.º 51.

[35] Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*.

[36] Silva, *A África e os africanos na história e nos mitos*, p. 126-135.

[37] Jiménez, *Los Esclavos Negros*, p. 9.

[38] Mott, *O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*.

[39] Gomes, *Jogando a rede, revendo as malhas*.

[40] Costa, *What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements?*, p. 38.

[41] Carvalho, *D. Pedro II*, p. 132.

[42] Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, p. 243.

[43] Pires, *Comércio intenso e preços em alta*.

[44] Gomes, *Mocambos e quilombos*, p. 9.

[45] Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 213.

[46] Assis, 2019.

[47] *O Parahyba*, edição de 8 de abril de 1858.

[48] *O Parahyba*, edição de 3 de junho de 1858.

[49] *O Parahyba*, edição de 18 de julho de 1858.

- [50] *O Parahyba*, edição de 8 de abril de 1858.
- [51] *O Parahyba*, edição de 11 de março de 1858.
- [52] *O Parahyba*, edição de 20 de janeiro de 1859.
- [53] *O Parahyba*, edição de 4 de agosto de 1859.
- [54] As informações sobre o Barão de Águas Claras podem ser consultadas em: Vasconcelos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, p. 28; Ottero, *Vila de Sapucaia*, p. 86.
- [55] *O Parahyba*, edição de 14 de fevereiro de 1858.
- [56] *O Parahyba*, edição de 28 de março de 1858.
- [57] *O Parahyba*, edição de 26 de setembro de 1858.
- [58] *O Parahyba*, edição de 19 de dezembro de 1858.
- [59] *Jornal do Commercio*, edição de 2 de janeiro de 1859.
- [60] *O Parahyba*, edição de 3 de abril de 1859.
- [61] *O Parahyba*, edição de 8 de maio de 1859.
- [62] Neto, *Fugindo, sempre fugindo*, p. 140-143; Costa, *What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements?*, p. 40.
- [63] Walvin, *História da Escravatura*, p. 131.
- [64] *O Parahyba*, edição de 28 de abril de 1859.
- [65] *O Parahyba*, edição de 7 de abril de 1859.
- [66] Gomes, *Mocambos e quilombos*, p. 20.
- [67] Para uma descrição desses quilombos, ver: Dias, *Do apagamento à fala pública*, p. 99-106.
- [68] Gomes, *Histórias de quilombolas*, p. 122.
- [69] Taunay, *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, p. 26.
- [70] *O Parahyba*, edição de 2 de outubro de 1859.
- [71] *O Parahyba*, edição de 9 de maio de 1858; *O Parahyba*, edição de 16 de maio de 1858; *O Parahyba*, edição de 22 de julho de 1858.
- [72] *O Parahyba*, edição de 27 de junho de 1858; *O Parahyba*, edição de 27 de janeiro de 1859.
- [73] *O Parahyba*, edição de 17 de junho de 1858.
- [74] *O Parahyba*, edição de 28 de outubro de 1858.
- [75] *O Parahyba*, edição de 11 de julho de 1858.
- [76] *O Parahyba*, edição de 6 de janeiro de 1859.

[77] *O Parahyba*, edição de 15 de novembro de 1859.

[78] *O Parahyba*, edição de 15 de novembro de 1859.

[79] *O Parahyba*, edição de 31 de março de 1859.

[80] O indício de que o desenho foi feito em Petrópolis está na assinatura, onde se lê “Presidência”. Noutras obras a artista citou “Presidência, Petrópolis” no título, como em *View from my Bedroom Presidencia Petropolis*.

[81] Dezenas de africanos livres trabalhavam em Petrópolis em obras como a da Picada do Paty do Alferes e da estrada da Serra da Estrela.

[82] Relatório publicado no *O Parahyba*, edição de 22 de abril de 1858.

[83] *O Parahyba*, edição de 24 de dezembro de 1857.

[84] *O Parahyba*, edição de 18 de setembro de 1859.

[85] *O Parahyba*, edição de 25 de setembro de 1859.

[86] Grinberg, *Castigos físicos e legislação*, p. 196.

[87] *O Parahyba*, edição de 14 de fevereiro de 1858.

[88] *O Parahyba*, edição de 10 de março de 1859.

[89] *O Parahyba*, edição de 28 de outubro de 1858.

[90] *O Parahyba*, edição de 28 de março de 1858.

[91] *O Parahyba*, edição de 31 de março de 1859.

[92] Mattos e Grinberg, *Código Penal Escravista e Estado*, p. 220.

[93] Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, p. 64.

[94] Graham, *Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX*.

[95] Gomes, *Jogando a rede, revendo as malhas*; Moura, *Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do Commercio*, p. 39.

[96] Para a questão da maternidade, ver: Amantino, *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”*, p. 62; Mair, *The Rebel Woman in the British West Indies During Slavery*, p. 994. Para a maior presença de mulheres nas alforrias no Brasil, ver: Paiva, *Alforrias*, p. 125.

[97] *O Parahyba*, edição de 17 de junho de 1858.

[98] *O Parahyba*, edição de 19 de setembro de 1858.

[99] Stein, *Vassouras, um município brasileiro do café*, p. 270-271.

[100] Citamos uma média de 152\$000 para o ano de 1820 e outra de 155\$000 calculada em anúncios de jornal entre 1808 e 1821. Ver: Florentino, *Em Costas Negras*, p. 169; Pires, *A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)*, p. 181-182.

[101] *O Parahyba*, edição de 15 de julho de 1858.

[102] Pires, *A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)*, p. 193-194. É preciso relativizar de alguma forma a comparação entre o início do século e o período deste estudo, em função de outras variáveis como a inflação. Tais variáveis podem ser minimizadas via conversão dos valores para libra, por exemplo, exercício que não cabe no restrito propósito deste artigo.

[103] Os dois preços foram anunciados n’*O Parahyba*, edição de 17 de março de 1859.

[104] *O Parahyba*, edição de 16 de setembro de 1858.

[105] *O Parahyba*, edição de 28 de abril de 1859.

[106] *O Parahyba*, edição de 28 de agosto de 1859.

[107] Pires, *A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)*, p. 185.

[108] *O Parahyba*, edição de 22 de julho de 1858.

[109] *O Parahyba*, edição de 3 de outubro de 1858.

[110] *O Parahyba*, edição de 30 de janeiro de 1859.

[111] *Jornal do Commercio*, edição de 4 de junho de 1859.

[112] Sobre as cidades escravistas, ver: Carvalho, *Cidades escravistas*.

[113] Alencastro, *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*; Seyferth, *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*.

[114] Bediaga, *Diário do Imperador D. Pedro II*, p. 206.

[115] Azevedo, *Onda negra, medo branco*, p. 251-258.

[116] A imprensa negra no século XIX é analisada em: Pinto, *De pele escura e tinta preta*.

[117] Jucá, *A questão abolicionista na visão de André Rebouças*.

[118] Klein, *Migração internacional na história das Américas*, p. 30.

[119] Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 141.

[120] Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 144.

[121] Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 252.

[122] Grinberg, *Código Civil e Cidadania*.

[123] Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, p. 293.

[124] Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, p. 292.

[125] Schwarcz, *O espetáculo das raças*, p. 27-28.

[126] *O Parahyba*, edição de 13 de dezembro de 1857.

[127] *O Parahyba*, edição de 16 de janeiro de 1859.

[128] *O Parahyba*, edição de 20 de janeiro de 1859.

[129] *O Parahyba*, edição de 13 de janeiro de 1859.

[130] Mamigonian, *Os direitos dos africanos livres*.

[131] Enidelce Bertin estudou algumas características das fugas de africanos livres. Ver: Bertin, *Os meia-cara*, p. 146-172.

[132] Natural de Lisboa, nasceu em 1825. Mudou-se para o Rio de Janeiro entre 1849 e 1850. Foi jornalista, poeta, professor e assíduo colaborador de jornais no Rio de Janeiro antes de fundar *O Parahyba*.

[133] *Novo Correio das Modas*, 2º semestre de 1854.

[134] Mauad, *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*, p. 208.

Submetido em 4 de setembro de 2023. Aprovado em 17 de novembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2023.v9.41961>

Como citar: Pires, João Victor Ribeiro. O cativo no alto da serra: a escravidão e seus desdobramentos em Petrópolis através do periódico *O Parahyba* (1857-1859). *Revista Faces de Clio*, v.9, n.18, p. 54-83.